



Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ

ATA DA 37ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS – CONARQ

1 Aos quatro dias do mês de julho de dois mil e cinco, na sala de exposição do primeiro
2 piso do bloco “P”, da sede do Arquivo Nacional, na Praça da República - 173, cidade do
3 Rio de Janeiro, sob a presidência do senhor Jaime Antunes da Silva, Presidente do
4 Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), foi realizada a trigésima sétima reunião
5 ordinária do Plenário do CONARQ. Participaram da reunião: Francisca Helena
6 Barbosa Lima, Patrícia Pessi, Marta Célia Bezerra Vale (Poder Executivo Federal),
7 Júlio César Sousa Gomes (Poder Judiciário Federal), Antonio Alberto de Carvalho
8 (Poder Legislativo - Senado Federal), Daniela Francescutti Martins Hott (Poder
9 Legislativo - Câmara dos Deputados), Maria Esperança de Rezende, Maria Izabel de
10 Oliveira (Arquivo Nacional), Edilane Maria D’Almeida Carneiro, Marli Geralda
11 Teixeira, Rosani Goreti Feron (Arquivos Públicos Estaduais); Carlos Roberto Bastos
12 Freitas Campos, Lara Simone Rusczyk de Miranda, Ivana Denise Parrela (Arquivos
13 Públicos Municipais), Clara Marli Scherer Kurtz (associações arquivísticas brasileiras);
14 Zeny Duarte (instituições mantenedoras de curso superior de arquivologia), Lana Lage
15 da Gama Lima, Alzira Alves Abreu, Regina da Luz Moreira (instituições que
16 congreguem profissionais que atuem nas áreas de ensino, pesquisa, preservação ou
17 acesso a fontes documentais). Justificaram a ausência: Ana Rosa Barreto, Célia Maria
18 Leite Costa, Manuel Domingos Neto e Marcelo Jesus dos Santos. Secretariaram os
19 trabalhos a Marilena Leite Paes, coordenadora do CONARQ, e Sérgio Augusto Ligiero
20 Gomes, assessor técnico da Coordenação do CONARQ. Às nove horas, o presidente
21 Jaime Antunes iniciou a reunião, com a leitura da pauta e o convite aos presentes para o
22 lançamento da versão brasileira da publicação da “Norma internacional de registro de
23 autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias - 0 (CPF)”, com
24 apresentação do senhor Victor Manuel Marques da Fonseca, representante do Arquivo
25 Nacional junto à Seção (Comitê) de Normas de Descrição do Conselho Internacional de
26 Arquivos (CIA), que se realizaria no Auditório do Arquivo Nacional, às dezoito horas,

27 do dia quatro de julho, bem como para a oficina de treinamento na aplicação da norma,
28 que se realizaria nos dias cinco e seis de julho, no mesmo local. Em seguida, o
29 presidente Jaime Antunes destacou as alterações na composição do CONARQ,
30 publicadas no DOU de 23 de maio de 2005, no qual constam o término dos mandatos da
31 Sr^a Júnia, do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, da Sr^a Sueli Veiga Quinteiro,
32 suplente do Arquivo Municipal de Florianópolis, e da Sr^a Stela Dalva Teixeira da Silva,
33 suplente do Arquivo Público Municipal de João Mangabeira, em Ilhéus, na Bahia, e
34 também a recondução das representantes do CPDOC, Sr^a Célia e Sr^a Regina, e a
35 designação do Sr. Carlos Roberto Bastos Freitas, do Arquivo Público Municipal de
36 Campos, da Sr^a Lara Simone L. de Miranda, do Arquivo Municipal de Canoas, Rio
37 Grande do Sul, do Sr. Djalma Santos, do Arquivo Público Municipal Antonino
38 Guimarães, de Olinda, Pernambuco; e dos representantes das instituições mantenedores
39 de cursos de Arquivologia, o Sr. Marco Antônio Neves Soares, Titular da Universidade
40 Estadual de Londrina, tendo sido dispensado da suplência que ocupava antes, e da Sr^a
41 Zeni Duarte, da Universidade Federal da Bahia, como suplente. Em seguida à
42 apresentação dos novos Conselheiros empossados, o presidente convidou os demais a se
43 apresentarem. Feitas as apresentações, o presidente submeteu as atas das 35^a e 36^a
44 reuniões do CONARQ à apreciação do plenário, que foram aprovadas, com retificações
45 de grafias e digitação. Na seqüência, o presidente apresentou alguns informes.
46 Informou recebimento de e-mail da Sr^a Ana Canas, de Portugal, comunicando que, após
47 inúmeras tentativas, a UNESCO reconheceu a “Carta de Pero Vaz Caminha” como
48 patrimônio da Humanidade. A Carta se encontra no Instituto dos Arquivos Nacionais
49 Torre do Tombo, em Portugal. Informou, ainda, que a Sr^a Ana Canas, que era do
50 Arquivo da Torre do Tombo, é a nova diretoria do Arquivo Histórico Ultramarino,
51 desde primeiro de julho. Este Arquivo possui uma quantidade imensa de documentos
52 sobre o Brasil, objeto de microfilmagens no âmbito do Projeto Resgate. E está em fase
53 de conclusão o referente à Capitania e Província do Rio de Janeiro. Segundo o
54 presidente Jaime Antunes, a Sr^a Ana manifestou estar à disposição para todos os
55 pesquisadores brasileiros. O presidente informou que, na Espanha, o senhor José
56 Ramon Cruz Mondes, professor da Universidade de Carlos III assumiu o Arquivo. Foi
57 aberto ao público o Arquivo de Índias, em Sevilha, no dia 28/06/05, com seu prédio
58 ampliado. Após os informes, passou-se ao primeiro ponto da pauta: a consulta pública
59 referente ao Dicionário de Terminologia Arquivística. O presidente fez um relato do
60 ocorrido desde a última reunião do CONARQ, a trigésima sexta, quando o plenário

61 decidiu pela colocação do documento em consulta pública. Passou, então, a palavra à
62 senhora Silvia Ninita de Moura Estevão, presidente do Grupo de Trabalho do Arquivo
63 Nacional responsável pela elaboração do Dicionário. A senhora Silvia informou que era
64 terceira vez que comparecia em reunião do CONARQ para falar sobre o trabalho
65 terminologia. A primeira vez em final de 2003, a segunda em final de 2004 e agora esta
66 seria a terceira vez. Sobre o Grupo de Trabalho, lembrou que este se reuniu pela
67 primeira vez em maio de 2003 de maneira informal e voluntária, com técnicos
68 motivados por questões surgidas em seus trabalhos, questões essas que demandavam
69 uma terminologia mais estável. Destacou que o trabalho não era uma novidade, pois
70 desde de a década de oitenta havia iniciativas desse tipo. Observou que há um histórico
71 muito útil na apresentação do Dicionário de Terminologia Arquivística, para quem tiver
72 interesse em compreender os antecedentes do trabalho. Destacou que há uma
73 dificuldade grande no Brasil de recompor esse tipo de história, pois há pouco material
74 acessível ou publicado. Destacou que o GT estabeleceu critérios como o de aproveitar o
75 trabalho já existente, como a última versão existente no Arquivo Nacional, o de adotar
76 como referenciais as três versões do dicionário de terminologia arquivística (Dictionary
77 on Archival Terminology - DAT) já publicadas e divulgadas pelo Conselho
78 Internacional de Arquivos (CIA): um primeiro dicionário publicado em 1974 - o DAT
79 1, uma segunda edição que data de 1988 – o DAT 2, e uma terceira edição que não saiu
80 impressa, mas que foi disponibilizada na Internet e que data de 2002, o DAT 3.
81 Também se criou uma sistemática comparativa desses dicionários e fixou o universo de
82 termos a ser trabalhado. Fixou-se o universo de termos a ser trabalho. Tal universo
83 contemplava cada um desses DAT, excluindo determinados grupos de termos que
84 indicassem equipamentos, mobiliários, que já tinham sido excluídos numa outra fase,
85 numa discussão internacional. Investiu-se muito no quadro comparativo da evolução
86 dos DAT em termos de idiomas. Percebeu-se que ou muda a forma como você nomeia
87 determinadas coisas, ou muda a grafia, ou muda, às vezes, o próprio conceito. Isto acaba
88 sendo um complicador para o trabalho. Relatou a evolução do trabalho de versão em
89 versão, com a retirada e inclusão de termos, até se chegar à versão atual, em editoração,
90 que incorporou as críticas internas e externas. A primeira versão ficou pronta em
91 setembro de 2004, e, a partir de outubro, ficou disponível e começou-se a estimular a
92 apresentação de sugestões. A primeira edição, do DAT 1, de 1984, compreendeu 503
93 termos, e foi elaborada com o termo e o conceito em inglês e o termo e o conceito em
94 francês. Havia uma equivalência do inglês e francês com outros idiomas. No DAT 2,

95 este procedimento se repete. Diminui-se a quantidade de termos contemplados. No DAT
96 3, esse último que está disponível desde de 2003, tem uma quantidade menor de termos,
97 trezentos e treze termos, e só trabalho com termo e conceito em inglês e faz
98 equivalência em menor número de idiomas – alemão, espanhol e francês. Houve
99 redução no universo, na equivalência de termos em idiomas, a eliminação da
100 necessidade de elaborar o conceito em francês e você percebe nitidamente que o
101 trabalho parou, não deu continuidade, não acompanhou a própria evolução da área com
102 o advento de normas internacionais na área de descrição etc. Você percebe também que
103 os critérios foram mudando, com o tempo, o que compõe cada universo e como você faz
104 a abordagem. Na proposta que o GT preparou em 2004, que foi objeto de críticas e
105 sugestões, trabalhou-se com termos em português, a conceituação ou diferentes
106 acepções que o termo necessite e a equivalência com outros idiomas: alemão, espanhol,
107 francês, inglês e italiano. Não se trabalhou com o holandês nem com o russo. Na
108 versão atual, há 458 termos. Da versão de 2004 para esta atual, houve um aumento de
109 sete termos. O que não ocorreu de forma automática. Houve a eliminação de alguns e a
110 inserção de outros. E alguns termos ainda estão sendo discutidos. A maior parte do
111 trabalho já se encontra na editoração, sendo preparada para publicação na área de
112 editoração. O GT trabalhou com o universo dos DAT, excluiu dispositivos, tentou
113 atualizar a questão das normas internacionais e incorporar alguns termos que a própria
114 cultura da comunidade no Brasil já trabalha há algum tempo. Mesmo que não estivesse
115 contemplado por um DAT. É isso que se tem: 458 termos nessa tentativa. A senhora
116 Sílvia observou que a aproximação conceitual é muito difícil. Por exemplo, no caso de
117 item documental, na versão de 2004, há vários quadros de equivalência idiomática,
118 porque nos DAT internacionais havia várias acepções. Havia item para item, item para
119 documento, item para unidade de arquivamento. Então, o item documental, na versão
120 2004, tem vários encadeamentos lógicos e, no processo de revisão, resolvemos eliminar
121 situações em que você aproxima o conceito de item documental com a questão de
122 documento. Essa questão muito circunstancial nós tentamos eliminar, para evitar
123 confusões. Aproveitamos as críticas encaminhadas e a nossa autocrítica. Atentou-se
124 muito para a questão das remissivas. Pois às vezes você se perde no encadeamento.
125 Foram feitas várias análises desse encadeamento. Lembrou, ainda, que foi adotado um
126 critério para isso. Desde o início do trabalho, em 2003, estabeleceu-se que, na remissiva,
127 faria-se a remissão de um termo mais geral para um mais específico. Buscou-se, no
128 processo de revisão, verificar se estava tudo de acordo com este critério. Outra coisa

129 interessante que variou de 2004 para esta versão de 2005 foi a questão da abordagem
130 com relação ao aportuguesamento e ao estrangeirismo. Até então se trabalhava com a
131 abordagem do dicionário Aurélio e um pouco com a do dicionário Antonio Houass. Por
132 sugestão de um técnico do Arquivo Nacional, passou-se a utilizar o Vocabulário
133 Ortográfico da Academia Brasileira de Letras, que ajudou a resolver determinados
134 problemas. Mantiveram-se algumas remissivas aportuguesadas. Também se fez uso
135 do Vocabulário Onomástico, que dá nomes próprios de pessoas e de lugares, com uma
136 grafia moderna. Esse material permitiu, inclusive, que embasássemos vários trabalhos
137 técnicos do Arquivo Nacional. Existe uma convenção no trabalho de terminologia que é
138 que os termos das entradas são negritados. Quando você apresenta, numa definição,
139 termos que tenha entrada ao longo do trabalho são negritados. Então você uma idéia da
140 extensão daquela definição de determinado termo numa entrada específica. Tem o “ver
141 também”, que permite o encadeamento de uma família de conceitos. A senhora Sílvia
142 observou que o processo de críticas e sugestões gerou adiamentos e dificuldades, tem
143 havido, inclusive, prorrogações no prazo de encaminhamento de sugestões. Houve
144 dificuldades. Primeiro, para as pessoas olharem e mandarem críticas. Segundo, muitas
145 vezes você não conseguia acessar o site do Arquivo Nacional ou demorava muito. A
146 senhora Silvia comentou as contribuições apresentadas na consulta pública. Informou
147 que foram recebidas quinze contribuições, que considerou poucas. Essas contribuições
148 foram de dois tipos: as teóricas e as práticas. Estas últimas foram rapidamente
149 utilizadas. Aquelas geraram dificuldades, pois tratavam do encaminhamento do trabalho
150 e de questionamentos do universo de termos. Com relação ao encaminhamento adotado,
151 a Senhora Sílvia observou que a idéia era de uma discussão exaustiva, o que não foi
152 possível. O GT também acha que não é possível ficar esperando que as discussões
153 surjam para então fechar o trabalho. Entendeu-se que o trabalho tem que ter uma forma
154 estável, que seria a publicação. Esta seria distribuída em larga escala para as pessoas
155 poder ler e analisar intensivamente, discutindo e anotando. Colocar como objeto de
156 estudo em cadeiras dos cursos de Arquivologia e Ciência da Informação. Há alunos
157 interessados a trabalhar com um outro termo, ou com um conjunto de termos, ou com
158 uma cadeira de termos. Uma forma de isso acontecer seria publicar, distribuir e ser
159 dispor para participar de eventos para discussões. Seria estabelecido um prazo de dois
160 anos para a revisão. Segundo a senhora Sílvia, essa é uma forma de responder a quem
161 estava preocupado com o encaminhamento. Não tem essa coisa de versão oficial.
162 Sendo que o trabalho já sai como Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística e

163 não mais como subsídio para o dicionário. Há outras publicações que se intitularam
164 Dicionário Brasileiro de Terminologia, então não é porque que colocamos Dicionário
165 Brasileiro que o quadro vai mudar. Uma coisa que se coloca é que o Dicionário não
166 contempla determinados regionalismos, termos utilizados regionalmente. É possível.
167 Mas as coisas mais notórias estão contempladas. Quanto a outras coisas que porventura
168 surjam, as pessoas tem que se manifestar propor debates. A idéia é aprimorar. Há um
169 instrumento sobre o qual todos podem se debruçar e criticar, sugerir, participar.
170 Destacou que há algumas questões a serem trabalhadas e que faltam determinados
171 termos que, embora em desuso, estão presentes em várias publicações técnicas. Outra
172 coisa que não foi contemplada foram os tipos de documentos, que foi contemplado em
173 alguns DAT anteriores. A este respeito, observou que há a necessidade de um trabalho à
174 parte, de médio prazo. Uma das perspectivas de futuro seria desenvolver este trabalho
175 sobre os tipos de documentos. A Sra. Silvia franqueou a palavra para perguntas e
176 dúvidas. A conselheira Maria Izabel indagou se os termos em língua inglesa foram
177 aportuguesados ou foram mantidos. A senhora Silvia respondeu os termos em inglês
178 admitidos pelo Vocabulário da Academia Brasileira de Letras estão presentes.
179 Esclareceu aos demais conselheiros que a conselheira Maria Isabel integra o GT e é
180 contrária à criação de remissiva de uma grafia em português para uma grafia em inglês,
181 enquanto eu sou favorável à inclusão deste tipo de remissiva. O Presidente indagou se
182 seria válida a correlação de termos não presentes nos DAT com outras línguas. A
183 senhora Silvia respondeu que no presente não seria possível no momento. Observou,
184 ainda, que vários países estão trabalhando nos seus dicionários, mas para a elaboração
185 fixou-se nos DAT, pois, se não, o GT acabaria se perdendo em trabalhos que não estão
186 estáveis ainda. Além disso, muitas vezes há casos que é a antítese do que está nos DAT.
187 Por exemplo, no caso da Espanha, você tem coisas completamente diferentes. Isso
188 depende dos grupos e das comissões são formadas no âmbito do Conselho Internacional
189 de Arquivos. O critério adotado foi fixar-se nos DAT e quando o conceito não se
190 aproximava não se colocou equivalência. Quando o conceito que é dado pelo DAT não
191 se aproxima de nada que você tenha, temos que excluir. Como é o caso dos elementos
192 circunstanciais. Observou que o Sr. Victor, representante do Brasil no Comitê de
193 Normas de Descrição, trouxe a informação que o CIA, por enquanto, não estava
194 disposto a terminar o trabalho do DAT 3 e publicar. Uma das razões é porque estava
195 saindo muito caro. A edição que eles têm, com capa dura, ficaria muito cara numa
196 edição multilingüe etc. A idéia do GT, até de uma maneira pretensiosa, era pressionar

197 para que os trabalhos fossem retomados. E que há uma convergência de alguns países
198 da América Latina quanto à preocupação com esse trabalho. O presidente Jaime
199 Antunes informou que na reunião Associação Latino Americana de Arquivos, ocorrida
200 em Viena, houve a proposta da criação de um grupo de trabalho. Esse projeto foi
201 encaminhado ao CIA, que alega que não tem recursos. Havia a proposta de ter
202 representantes de diversos países para inclusive para tratar dos termos espanhóis cujas
203 aceções variam de país para país. A idéia é tentar aproximar. É o mesmo problema
204 colocado pela Silvia quanto aos regionalismos no Brasil. É possível, posteriormente,
205 termos notas de que na região tal o termo tal equivale a determinado termo. Não
206 sabemos ainda como se comportará, tendo em vista a não resposta do CIA quanto à
207 formação de dois grupos de trabalho inter-regionais: um sobre normas e outro sobre
208 terminologia para América Latina. Para que depois se pudesse ter um dicionário em
209 língua espanhola que o Brasil aproximaria de Portugal, África etc. E teria um dicionário
210 de terminologia em língua português com as aceções utilizadas nos países lusófilos. E
211 que a América Espanhola tentaria de alguma maneira se apropriar de dicionários já
212 feitos para tentar criar um certo padrão de linguagem. Mas não sabe como a ALA fará
213 isto, tendo em vista a ausência de recursos. Mas até por Internet talvez seja possível se
214 criar grupos de trabalhos que possam funcionar descentralizados. A senhora Sílvia
215 observou que há uma demanda de estender a terminologia a diferentes línguas, embora
216 o CIA no momento, não esteja querendo discutir o assunto, mas que em algum
217 momento isso será retomado, pois é importante. A conselheira Zeny Duarte registrou a
218 existência de um projeto de pesquisa na Universidade Federal da Bahia (UFBA), pelo
219 curso de graduação em Arquivologia e pelo mestrado em Ciência da Informação, que
220 tem por título “Estudos sobre as pesquisas realizadas sobre a terminologia arquivística
221 pelos países lusófilos”, com a participação de estudantes de graduação e pós-graduação
222 que continua o trabalho pioneiro do Dicionário da Bahia, publicado com base no
223 Dicionário do Conselho Internacional de Arquivos, com primeira edição em 1989 e a
224 segunda em 1990. Informou que pensasse numa nova edição. Informou que o projeto
225 está registrado no CPNQ como pesquisa e grupo de pesquisa. A senhora Sílvia sugeriu
226 que o GT da UFBA dê uma olhada no Dicionário de Terminologia Arquivística do GT
227 do Arquivo Nacional. A conselheira Zeny afirmou que isso já esta sendo feito com os
228 alunos. O material está sendo analisado pelos estudantes e o resultado poderá ser
229 enviado ao CONARQ ao final do semestre. A Sílvia destacou que essas contribuições
230 são importantes. Zeny se dispôs a fazer uma apresentação da experiência da Bahia. O

231 presidente Jaime Antunes lembrou um trabalho, na Bahia, feito pela Antonieta Aguiar
232 Nunes, que eram estudos diplomáticos. Lembrou ainda que a senhora Heloísa Belloto,
233 em São Paulo, junto com a senhora Maria Helena Flecha, têm um trabalho sobre
234 diplomática. Foi observado que o trabalho não avançou por falta de recursos. O
235 presidente destacou a necessidade de estimular um trabalho comum dessas pessoas para
236 publicar um dicionário de espécies documentais, com a evolução dos tipos. Sugeriu a
237 criação de um ou mais grupos que estimulassem a agregação dessas experiências para
238 elaborar e editar um trabalho de diplomática sobre espécies e tipos de documentos. A
239 Sílvia sugeriu a formação de uma rede. O presidente Jaime sugeriu a criação de núcleos
240 de interessados, gerando uma rede de trocas de dados. Destacou que isso seria
241 interessante, pois facilita o trabalho da descrição. A idéia seria um trabalho suplementar
242 ao Dicionário. Talvez um grupo de discussão descentralizado, com uma supervisão,
243 talvez da Antonieta, que poderia concentrar dentro do sitio do CONARQ. A
244 conselheira Zeny observou que na Bahia há uma tradição nessa área, com muitos
245 trabalhos de diplomática e paleografia. O presidente Jaime solicitou que a Zeny envie as
246 sugestões de pessoas que trabalham o tema para que o CONARQ faça contato. A idéia é
247 evoluir a partir dos trabalhos existentes, tendo em vista não haver recursos. O Presidente
248 Jaime recuperou a idéia do Dicionário de Terminologia Arquivística como algo que
249 sintetizasse... 900. Encerrada a discussão, o presidente passou ao próximo item da
250 pauta: a deliberação quanto à recomendação do Dicionário de Terminologia
251 Arquivística para os integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR). O
252 presidente apresentou a proposta da senhora Silvia Ninita, presidente do Grupo de
253 Trabalho que elaborou o Dicionário. Segundo a proposta, deveria se publicar e distribuir
254 o Dicionário em larga escala em versão impressa e virtual, gerando, assim, uma massa
255 crítica para, no prazo de dois anos, fazer-se a primeira revisão e publicar uma nova
256 edição. Deveria estimular seu uso como instrumento de trabalho nas escolas, para o
257 aperfeiçoamento do instrumento. (...) Nesse intervalo, deveria ser buscada a
258 aproximação dos conceitos com os países de língua portuguesa internacional. A
259 conselheira Zeny Duarte relatou que a idéia de espólio causou perplexidade na banca
260 examinadora de sua tese de doutorado e que a partir daí identificou a necessidade de
261 trabalhar a terminologia arquivística. O presidente observou que o retorno da consulta
262 pública foi muito pequeno. Foram poucas contribuições. Destacou que a idéia é publicar
263 o Dicionário e com isso forçar uma discussão sobre seu conteúdo e aperfeiçoamento. O
264 presidente Jaime Antunes leu a minuta da Resolução que recomenda a adoção do

265 Dicionário pelo SINAR. Observou a idéia é que, uma vez que se consolide o
266 Dicionário, se evolua para uma norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas
267 (ABNT), já que a atual norma que trata a terminologia arquivística está defasada.
268 Lembrou que já foi encaminhada, há anos, uma sugestão de a alteração da norma da
269 ABNT que trata da avaliação de documentos. Mas não houve alteração. A Sílvia
270 observou que um problema das normas é que, depois de aprovadas, elas são vendidas a
271 preços pouco acessíveis. O presidente encaminhou ao plenário a necessidade de definir
272 o nome do trabalho: Dicionário “Brasileiro de Terminologia Arquivística” ou
273 “Dicionário de Terminologia Arquivística”. A Sílvia observou que a palavra
274 “brasileiro” serve para identificar melhor o trabalho, tendo em vista que existem obras
275 de autoria de mais de um país. A conselheira Maria Izabel propôs a inclusão, na
276 Resolução, de considerandos que explicitem a importância da sua adoção. Também foi
277 sugerida a introdução, no artigo primeiro, da idéia de apresentar as contribuições e
278 sugestões dos usuários. A senhora Marilena Leite Paes, coordenadora do CONARQ,
279 levantou dúvida quanto à atribuição do CONARQ para aprovar a previsão de uma
280 revisão, tendo em vista tratar-se de um trabalho de autoria de um Grupo de Trabalho do
281 Arquivo Nacional e não do CONARQ. Após a discussão, o presidente Jaime Antunes
282 colocou em apreciação a proposta de recomendação da adoção do Dicionário pelos
283 integrantes do SINAR, que foi aprovada pelo Plenário. Foi decidido, ainda, que o texto
284 da resolução será desenvolvido até a publicação do Dicionário, agregando as sugestões.
285 Também foi decidido que o documento terá o título “Dicionário Brasileiro de
286 Terminologia Arquivística”, e que deverá ser lançado no Arquivo Nacional e na reunião
287 do Mercosul. O conselheiro Júlio César Sousa Gomes indagou quanto à propriedade
288 sobre aquele nome. A senhora Sílvia observou que não há propriedade sobre o nome. A
289 senhora Marilena Leite Paes sugeriu que se destacasse na resolução a previsão da
290 revisão. O presidente, Jaime Antunes, esclareceu que a aprovação implicava em um
291 compromisso do CONARQ com promoção do aperfeiçoamento do instrumento.
292 Decidiu-se por mandar a minuta para os conselheiros para crítica e que, tão logo seja
293 publicado o Dicionário, a resolução será publicada. A sessão foi interrompida às doze
294 horas, para o almoço, e foi reiniciada às quatorze horas. O presidente reiniciou a reunião
295 com uma síntese dos trabalhos da manhã. Passou, então, ao item seguinte da pauta: a
296 avaliação da legislação recente relativa ao acesso a documentos sigilosos. O presidente
297 Jaime Antunes fez o histórico do tema desde o Grupo de trabalho que gerou o Decreto
298 2.074/97 até a lei 11.111/05, destacando que ficou uma lacuna legal, tendo em vista a lei

299 estar parcialmente regulamentada. Apresentou, então, a proposta de preparar uma
300 avaliação e levar à Ministra Chefe da Casa Civil. A idéia seria um grupo de trabalho que
301 retome a proposta do CONARQ de 2003 e uma nova legislação. O documento
302 circularia entre os Conselheiros para manifestação. Seria consolidado e novamente
303 submetido aos conselheiros. Então seria submetido à aprovação do Plenário do
304 CONARQ e encaminhado à Casa Civil, com divulgação para vários segmentos.
305 Propôs-se, ainda, que os conselheiros representantes do Poder Legislativo façam um
306 acompanhamento sistemático das proposições existentes no Congresso Nacional que
307 tratem dos temas afetos à área de arquivos. A conselheira Daniela Francescutti
308 observou que os órgãos públicos federais estão confusos sobre as comissões. Sugeriu
309 que se revogue o Decreto 4.553, que é exclusivo para o executivo federal, e se crie uma
310 nova lei. Para a composição do Grupo de Trabalho, foram propostos os seguintes
311 nomes: senhora Célia... e senhora Ismênia. O Grupo deverá ser constituído
312 formalmente e terá o prazo de sessenta dias para apresentar os resultados. Passou-se ao
313 item seguinte da pauta: o encaminhamento da minuta do Projeto de lei que revoga o art.
314 1215 do Código de Processo Civil. O presidente Jaime Antunes fez um histórico do
315 Projeto de Lei (PL), aprovado na trigésima primeira reunião ordinário do CONARQ, e
316 explicou seu objetivo. Destacou que a Secretaria de Assuntos Legislativos (SAL), do
317 Ministério da Justiça, órgão responsável pelos pareceres que fundamentam as decisões
318 de veto do Presidente da República, informou que sugeriria veto ao PL, em função da
319 sua falta de clareza quanto aos responsáveis pelas atribuições previstas no projeto.
320 Diante disto, elaborou-se nova minuta de projeto que, conforme decidido na trigésima
321 quarta reunião ordinária do CONARQ, seria de iniciativa do STF e que, para tanto, seria
322 encaminhado àquele Tribunal pelo senhor Marcelo xxx. Avaliou-se, mais recentemente,
323 que, por este caminho, não houve progressos. O presidente franqueou a palavra para
324 sugestões. Foram sugeridas alternativas. Uma delas seria identificar um parlamentar que
325 aceitasse apresentar a proposição. A conselheira Lana Lage da Gama Lima propôs os
326 nomes do Deputado Federal Chico Alencar e do Senador Tião Viana. Destacou-se que
327 a questão era buscar o caminho mais curto. O conselheiro Júlio César Sousa Gomes
328 propôs que o tema fosse levado à reunião da comissão setorial do Poder Judiciário para
329 posicionar-se e informar ao CONARQ. O presidente Jaime Antunes se propôs a
330 comunicar-se com Ministro Nelson Jobim, do STF. Encerrada a discussão, passou-se
331 ao ponto seguinte da pauta: arquivos médicos. O presidente Jaime Antunes apresentou
332 o senhor Paulo Elian, presidente da Comissão Setorial de Arquivos Médicos do

333 CONARQ (CSAM), e passou-lhe a palavra. O senhor Paulo Elian apresentou a proposta
334 do I Encontro de arquivos médicos: políticas, práticas e inovação, a ser realizado de
335 trinta e um de agosto a dois de setembro de dois mil e cinco, no Auditório do Arquivo
336 Nacional. Relatou que a aspiração do Encontro é envolver os profissionais da saúde,
337 buscar a aproximação da área médica com as políticas públicas de arquivo, com o
338 serviço de informação em saúde e prontuários básicos, informática médica e pesquisa
339 histórica na saúde e arquivos médicos. Gestores públicos e informação da área de
340 saúde. A palavra foi franqueada para sugestões. A conselheira Maria Izabel sugeriu a
341 união dos trabalhos de temporalidade dos conselhos do Rio de Janeiro e da Bahia. A
342 senhora Marilena Leite Paes propôs uma reunião conjunta das Câmaras Técnicas de
343 gestão e de saúde. A conselheira Lana Lage da Gama Lima sugeriu alguns nomes para o
344 evento. A conselheira Zeny Duarte observou que há tradição na área e que fará contatos
345 na Bahia. Sugeriu que talvez fosse interessante um encontro regional na Bahia. Passou-
346 se, então, ao item seguinte da pauta: o Parecer sobre guarda de prontuários por
347 encerramento de atividades. O senhor Paulo Elian relatou a origem do parecer, que
348 surgiu a partir do encaminhamento ao CONARQ, pelo Conselho Federal de Medicina
349 (CFM), de uma consulta do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo
350 (CREMESP) sobre a falta de previsão legal quanto à responsabilidade e à guarda de
351 documentos de instituições privadas da área de saúde que encerram atividades. O
352 senhor Paulo Elian observou que o tema envolve complexa legislação como o Código
353 de Defesa do Consumidor, a Constituição Federal e a Lei de Arquivos. Informou que
354 estava se tomando como parâmetro o caso da área de educação que, no Rio de Janeiro,
355 recolhe para arquivo público. Observou que a Lei de Arquivos trata, no art. 7º, da área
356 pública, mas resta a área privada. Destacou que entende que se trata de uma lógica de
357 política nacional de saúde, afeta ao Conselho Nacional de Saúde. Após a discussão,
358 definiu-se que seria feita consulta a este Conselho e que a Câmara estudaria mais
359 profundamente a legislação. Encerrada a discussão, passou-se aos Informes. O
360 presidente comunicou a publicação, no DOU, da Resolução CONARQ nº 22, que
361 dispõe sobre as diretrizes para a avaliação de documentos em instituições de saúde.
362 Comunicou a publicação da Carta de Preservação Digital – UNESCO, que deverá ser
363 colocada no sítio do CONARQ, como publicação eletrônica, em várias línguas.
364 Lembrou o lançamento da ISAAR/CPF e a realização da Oficina sobre a ISAAR.
365 Informou que o Conselho Internacional de Arquivos (CIA) estava em crise, com
366 dificuldades decorrentes do euro, e que o setor latino americano se posicionou por

367 desligar-se do Conselho caso não... O presidente avaliou que a Associação Latino
368 Americana está se fortalecendo. Não havendo mais item na pauta para tratar, o
369 presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.